

DE MORENOS E ALEMÃES-BATATA A QUILOMBOLAS E POMERANOS: REFLEXÕES ACERCA DE MARCADORES IDENTITÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS¹

Maurício Schneider

Bacharel em Antropologia e Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Pelotas.

Evander Eloí Krone

Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em Antropologia pela Universidade Federal de Pelotas. Doutorando em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco.

Renata Menasche

Doutora em Antropologia Social. Professora do Curso de Bacharelado em Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas; Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RESUMO

Tomando que as identidades étnicas se configuram como fronteiras, neste trabalho buscamos refletir sobre a construção de identidades de quilombolas e pomeranos na Serra dos Tapes, região localizada ao sul do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Para além das categorias *quilombola* e *pomerano*, distintos termos são ali empregados pelos grupos para autodescrever-se bem como para descrever aos outros. A partir da elaboração, por um lado, de políticas de reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombo e, por outro, de ações de valorização do patrimônio cultural pomerano, tais categorias são também incorporadas no cotidiano relacional. O trabalho evidencia que, na região estudada, as identidades étnicas, construídas social e politicamente, também o são por ação das políticas públicas.

¹ Uma versão inicial deste trabalho foi submetida à discussão no Simpósio de Pós-Graduação “Relações raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas”, no 39º Encontro Anual da ANPOCS, ocorrido em Caxambu/MG, no período de 26 a 30 de outubro de 2015.

Palavras-chave: campesinato; relações interétnicas; quilombolas; pomeranos; políticas públicas.

ABSTRACT

Considering that ethnical identities may be configured as borders, this work seeks to reflect on the construction of identities of *quilombolas* and Pomeranians at *Serra dos Tapes*, located in the Southern region of the state of Rio Grande do Sul, Brazil. In addition to the categories *quilombola* and *Pomeranian*, the groups use different expressions to describe themselves as well as to describe the others. From the development, on one hand, of policies of acknowledgement of remaining *Quilombo communities* and, on the other hand, of actions to appreciate the Pomeranian cultural heritage, such categories are also incorporated into the relational quotidian. The work shows that, in the region studied, ethnical identities are constructed not only politically and socially, but also through public policies.

Key-words: peasantry; interethnic relationships; *quilombolas*; Pomeranians; public policies.

Introdução

A região da Serra dos Tapes, ao sul do Rio Grande do Sul – que atualmente compreende, entre outros, partes dos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul – foi, até o século XVIII, território dos Tapes, povo indígena pertencente à família linguística Tupi Guarani e do qual deriva sua denominação. Posteriormente, passou a ser ocupada por comunidades formadas por escravos afrodescendentes fugidos ou libertos do sistema escravocrata e, mais tarde, pela criação de colônias de imigrantes europeus não ibéricos (isto é, não portugueses e tampouco espanhóis), sobretudo, alemães, pomeranos, italianos, franceses e irlandeses, conforme Giancarla Salamoni e Carmen Aparecida Waskievicz (2013).

Durante os períodos do Brasil Colônia e Império², a região sul do Rio Grande do Sul teve, como mostra o historiador pelotense Mário Osório Magalhães (1993), sua economia baseada principalmente na produção de gado de corte, com utilização de mão de obra escrava. A região da Planície Costeira, onde hoje se encontra a zona urbana do município de Pelotas, às margens da Lagoa dos Patos e vizinha à Serra dos Tapes, foi um dos mais importantes polos de produção de charque³ do país. O charque era produzido em estabelecimentos semi-industriais denominados charqueadas, fazendo uso de grande contingente de trabalhadores escravos (MAGALHÃES, 1993).

Desse modo, desde o final do século XVIII, a Serra dos Tapes passou ser ocupada por afrodescendentes, sobretudo escravos fugidos das charqueadas. Segundo Rosane Rubert e Paulo Sergio da Silva (2009), com a abolição da escravatura (em 1888), outras comunidades quilombolas foram se constituindo na região através de posse, compra ou doação de terras.

Já os pomeranos chegaram à Serra dos Tapes a partir de meados do século XIX, por meio de processo de colonização, que, como aponta Giralda Seyferth (1992), assentou imigrantes europeus não ibéricos em outras regiões do Rio Grande do Sul e do Brasil, especialmente, nos estados do Sul e Sudeste. Cabe destacar que as colônias criadas no sul do Brasil tiveram origem ora por iniciativas governamentais (Governo central e Governos provinciais) e ora por iniciativas particulares.

A ocupação colonial da Serra dos Tapes deu-se, desde o início, em intenso compartilhamento territorial entre imigrantes de diferentes origens nacionais e regionais. Como indica Marinês Grando (1984), assim foi que, em uma mesma colônia, estabeleceram-se famílias de diferentes origens – especialmente alemãs, pomeranas e italianas, mas eventualmente também

² A fim de evitar possíveis equívocos decorrentes do emprego dos termos colônia e colonial, optamos por usar a expressão Brasil Colônia (grafada em letra maiúscula) quando referente ao período histórico. Já quando tratarmos de temas relacionados aos projetos estatais de colonização ou a questões relacionadas à vida dos colonos, os termos aparecerão grafados em letra minúscula.

³ Charque é o nome dado às peças de carne de gado salgadas e secas ao sol. O charque era destinado à exportação para outras regiões do Brasil e exterior, sendo especialmente utilizado como alimento de escravos.

francesas e irlandesas. Do mesmo modo, algumas famílias brasileiras adquiriram propriedades e estabeleceram-se na região como colonos.

Em muitos casos, as famílias de diferentes origens étnicas vivem muito próximas e compartilham o território e equipamentos públicos, tais como escolas e postos de saúde. Compartilham também espaços e práticas religiosas e de trabalho. Há, ainda, casamentos e relações de compadrio entre eles. Tais relações, contudo, são muitas vezes também conflituosas. Há relatos de discriminação, bem como de oportunidades desiguais entre pessoas de grupos étnicos distintos.

É nesse contexto relacional que estabelecemos o ponto inicial de reflexão do trabalho. Buscamos observar como as identidades são construídas e mantidas nas interações entre os grupos, notadamente quilombolas e pomeranos. Procuramos também discutir como algumas políticas públicas, comumente formuladas a partir da imagem de que os grupos são isolados, incidem sobre grupos que, de fato, mantêm relações bastante próximas com outros. Nesse sentido, trazemos para a análise o ensinamento do antropólogo Fredrik Barth (2000), para quem as identidades étnicas são definidas menos a partir de conteúdos culturais específicos que das interações estabelecidas entre eles, isto é, das fronteiras construídas em contextos de relação.

Situando o universo de pesquisa

Este trabalho foi concebido a partir de estudos etnográficos realizados na região das Serra dos Tapes, por ocasião das pesquisas de mestrado dos dois primeiros autores (KRONE, 2014; SCHNEIDER, 2015). Tais estudos se inserem no quadro de iniciativas de pesquisas realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura (GEPAC), vinculado ao Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais da Universidade Federal de Pelotas (LEAA/UFPel)⁴.

⁴ Para acessar os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura, ver: <http://www.ufrgs.br/pgdr/gepac/>. É preciso notar que os estudos realizados pelo GEPAC encontram na observação da alimentação abordagem para acessar modos de vida, valores e práticas dos grupos que vivem nessa região. Todavia, tais estudos não estão restritos a essa temática

A pesquisa de Krone (2014) centrou-se em discussão a respeito de ações de valorização do patrimônio cultural pomerano no município de São Lourenço do Sul, bem como na relação dessas ações com a vida cotidiana de famílias pomeranas. São Lourenço do Sul tem parte de seu território situado na Serra dos Tapes e conta com presença de comunidades quilombolas e de famílias de colonos pomeranos e alemães.

A partir de 1858, por meio de projeto privado de colonização, estabeleceu-se na região uma colônia de famílias de origem pomerana e alemã, a Colônia São Lourenço. Segundo Patrícia Bosenbecker (2011), registros e documentos oficiais identificam os imigrantes como vindos, salvo raras exceções, da Prússia, que à época correspondia a um vasto território, marcado por diferenças regionais. Entre os primeiros imigrantes a chegarem à Colônia São Lourenço, estavam grupos vindos da costa do mar báltico, originários do território da Pomerânia – correspondente às atuais regiões norte da Alemanha e da Polônia –, enquanto que outro grupo de imigrantes veio da Renânia, região situada no oeste da atual Alemanha. Os dois grupos de imigrantes se distinguiam em muitos aspectos, inclusive linguisticamente: enquanto os pomeranos falavam o *Pommersch*, os renanos falavam o dialeto *Hunsrückisch*⁵.

Segundo Charles Furtado Vilela (2008), os pomeranos representaram cerca de 80% do contingente de imigrantes prussianos que colonizaram São Lourenço do Sul⁶. Contudo, apesar da superioridade numérica dos pomeranos, houve um processo de germanização desses imigrantes, como evidenciado nos trabalhos de Carmo Thum (2009) e Evander Eloí Krone (2014). Tal processo pode ser associado ao fato de os pomeranos dedicarem-se majoritariamente a atividades vinculadas ao mundo rural, enquanto os alemães se voltavam para atividades urbanas, socialmente mais valorizadas, ocupando posições de poder na vida política, econômica e religiosa da região.

e é assim que o trabalho aqui apresentado não se debruça diretamente sobre a temática da alimentação.

⁵ Para maiores informações sobre as diferenças linguísticas entre esses grupos, ver o trabalho de Marina Marchi Mujica (2013).

⁶ No Brasil, o estado do Espírito Santo é o que recebeu maior número de imigrantes pomeranos, seguido por Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Valores germânicos foram sendo impostos a partir de instâncias formadoras como escolas e igrejas, em que professores e pastores de origem alemã ensinavam e rezavam no dialeto *Hunsrückisch*. Assim, ainda que no cotidiano das famílias pomeranas as crianças fossem sociabilizadas na língua e cultura pomeranas, nas instituições escolares e religiosas eram educadas a partir de valores germânicos, correspondentes ao grupo local socialmente dominante. Também, ainda que renanos e pomeranos fossem considerados alemães, os segundos eram marcados como de tipo inferior, associando-se ao estigma a distinção étnica e a característica camponesa dos pomeranos⁷.

Como evidenciado no estudo de Krone (2014), é possível observar a existência, entre os pomeranos da região, de uma autoimagem negativa, sendo comum escutar deles próprios comentários que os caracterizam como atrasados, desconfiados, rudes e grosseiros, em oposição aos alemães, considerados trabalhadores, organizados e bons comerciantes. É nesse contexto que, como mostram Thum (2009) e Krone (2014), muitos pomeranos passaram a não expor sua origem étnica pomerana fora de ambientes domésticos, preferindo assumir-se publicamente apenas como alemães.

Tal situação começou a alterar-se apenas a partir dos anos 2000, quando o poder público municipal de São Lourenço do Sul passou a investir em uma política de valorização do patrimônio cultural pomerano. Foi nesse contexto que, em 2008, foi criada no município uma rota turística denominada “Caminho Pomerano”, que proporciona visitas a várias propriedades rurais e contato com costumes pomeranos. Também nesse quadro, é promovida no município a *Südoctoberfest*, festa de cunho étnico que celebra – através de manifestações de música, dança, folclore e comidas consideradas típicas – a germanidade e, nos últimos anos, também a pomeraneidade.

⁷ Principalmente a partir da revolução industrial e do processo de urbanização das cidades, as práticas e modos de vida camponeses foram sistematicamente desvalorizados em diferentes sociedades, implicando em uma visão de campo como espaço marcado pelo atraso técnico, econômico e intelectual de seus moradores. Para uma introdução ao assunto, vale ver o trabalho Raymond Williams (1990).

Ainda que, como destacado por Krone (2014), de natureza essencialista, as ações de valorização do patrimônio cultural pomerano têm, de algum modo, contribuído para reverter a estigmatização vivida por esse grupo. Se antes – dado o processo de germanização, anteriormente comentado – raramente alguém se afirmava enquanto pomerano, atualmente muitos parecem assumir essa identidade. No entanto, vale mencionar que, tal como apontado por Carolina Vergara Rodrigues (2012), ao centrar-se na valorização do patrimônio cultural pomerano, as políticas públicas implementadas também contribuem para ocultar o lugar de outros grupos étnicos – especialmente os afrodescendentes – na formação histórica, social e econômica do município.

No plano das vivências cotidianas, o trabalho de Schneider (2015) abordou a temática das relações interétnicas entre quilombolas e pomeranos a partir de etnografia realizada em duas comunidades quilombolas e em uma localidade com forte presença de famílias pomeranas, respectivamente, Comunidade Quilombola da Favila, no município de Canguçu, Comunidade Quilombola do Algodão e Colônia Triunfo, as duas últimas situadas no município de Pelotas.

Tais comunidades são próximas umas das outras e seus moradores estabelecem diversas e frequentes relações: utilizam os mesmos equipamentos públicos, como escola e posto de saúde, trabalham junto em plantações de fumo, frequentam as mesmas festas comunitárias e benzedeadas e alguns quilombolas falam o idioma pomerano. Há também casos de relações matrimoniais entre membros dos dois grupos, apesar de tais casamentos não serem considerados preferenciais, como veremos adiante.

Desde 2010, a Comunidade Quilombola do Algodão foi reconhecida como tal pela Fundação Cultural Palmares. A comunidade é formada por mais de oitenta famílias, que vivem em núcleos separados uns dos outros, entremeados por propriedades de colonos pomeranos. Em cada núcleo residem de três a dez famílias. Segundo contam os moradores da comunidade, os quilombolas estabeleceram-se na região pela posse da terra em pequenas áreas. Quando, posteriormente, chegaram os pomeranos, a terra foi dividida em lotes e o território ocupado em torno das áreas quilombolas. As famílias

que vivem nos núcleos da comunidade do Algodão não possuem terras suficientes para cultivar, sendo que a maior parte desses moradores trabalha como *diarista* em propriedades de pomeranos.

A Comunidade Quilombola da Favila teve sua certidão expedida pela Fundação Palmares em 2009. Diferentemente do Algodão, essa comunidade é formada por território contíguo, onde vivem cerca de dez famílias. O território pertencia a um ancestral dos atuais membros da comunidade e foi deixado para estes por herança. Cada família possui um lote de terra de cerca de 10 hectares, onde cultivam suas próprias plantações, geralmente fumo, para comercialização.

Nenhuma das comunidades possui a posse coletiva do território que ocupa. No caso da comunidade do Algodão, seus membros alegam temer que, uma vez iniciado o processo – e contando com a demora em sua conclusão –, os colonos, sabendo que poderiam ser desapropriados, deixem de lhes oferecer empregos. Também na comunidade da Favila acreditam que o processo de regularização poderia acarretar no desalojamento de famílias que vivem próximo a eles, o que consideram não seria correto, mesmo que em tais casos o Governo Federal viesse a indenizar pelas terras sobre as quais têm domínio e pelas benfeitorias nelas existentes. Tal situação evidencia a complexidade das relações estabelecidas entre os grupos⁸.

Já os colonos pomeranos que moram na Colônia Triunfo possuem pequenas propriedades, onde vivem e trabalham com suas famílias, em geral produzindo fumo destinado à comercialização. Cabe destacar que, durante muito tempo, a Serra dos Tapes caracterizou-se por uma matriz associada principalmente à produção voltada ao autoconsumo (SALAMONI; WASKIEWICZ, 2013). Nas últimas décadas, contudo, a produção de fumo tem se fortalecido, sendo um dos cultivos mais rentáveis e presentes na paisagem da região.

É preciso observar que as interações entre quilombolas e pomeranos, assim como entre estes e outros grupos étnicos, são amplamente presentes

⁸ Para aprofundamento dessa discussão, ver artigo de Schneider e Menasche (2016).

na Serra dos Tapes, não sendo particulares às localidades estudadas neste trabalho. Nesse sentido, cabe mencionar como ilustrativo o fato de que, como apontam Patrícia Weiduschadt *et al.* (2013), por toda a região muitos quilombolas falam a língua pomerana e alguns são adeptos do luteranismo, religião predominante entre as comunidades de origem alemã e pomerana. Também, como relatado por Daniel Cassol (2013), a existência, em um distrito rural do município de Canguçu, de dois templos religiosos da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), distantes apenas um quilômetro um do outro, sendo um deles frequentado apenas por famílias negras e o outro exclusivamente por famílias de origem alemã e pomerana.

Morenos, alemães e outras variações

No quadro em que as identidades são construídas nas interações, chama atenção a profusão de termos utilizados pelos membros dos dois grupos para se autodenominarem e para descreverem aos outros. Nesse sentido, *quilombola* e *pomerano* constituem-se como duas possibilidades não exclusivas dentro de um amplo espectro de termos utilizados como marcadores de diferenças.

O termo mais difundido entre quilombolas para se autodesignarem é o termo *negro*. Também é este termo mais antigo que aquele: como veremos, a categoria quilombola apenas recentemente chegou a este contexto. O termo negro é acionado no cotidiano dos moradores das comunidades, mas também é utilizado pelas lideranças, alternando-o com o termo quilombola, em falas politizadas, como a de Nilo Dias, presidente da Associação Quilombola do Algodão⁹:

Tudo que vinha do negro era feio. Então as pessoas não se assumiam negras porque o que mais falavam era que tudo que vinha do negro não prestava. Ficava um serviço errado: isso é coisa de negro.

⁹ Ao longo do texto, nomes de alguns interlocutores foram mantidos e outros omitidos. Uma vez que o contexto da pesquisa é marcado por relações muitas vezes conflituosas, a não utilização de nomes verdadeiros se mostrou, por vezes, necessária, sob o risco de expor demasiada e desnecessariamente interlocutores. No entanto, a omissão dos nomes de alguns interlocutores não faria sentido, pois características particulares de suas identidades ou posições que ocupam os tornam facilmente identificáveis, como no caso dos presidentes das associações das comunidades quilombolas pesquisadas.

Utiliza-se também o termo *carambola*¹⁰, como substituto de quilombola. Este é utilizado principalmente pelos mais velhos e sua existência pode indicar a recente familiarização com a categoria quilombola, que até pouco tempo não fazia parte do vocabulário local.

Os pomeranos alternam sua autoidentificação entre este e o termo *alemão*. Como relata uma agricultura pomerana da localidade de Colônia Triunfo:

Nós falávamos tudo em pomerano lá também [no município de Santa Cruz do Sul, onde tinham ido para vender fumo]. Aí uma [pessoa] falou uma coisa para mim em alemão legítimo e eu não entendi. [...] Lá na firma onde nós fomos vender fumo. Aí ela disse umas coisas e eu não entendi. Eles falavam de outro jeito. Minha nossa! [...] Aquele é *Hunsrückisch*. Eu não entendi uma palavra que eles disseram. Bem ligeiro eles falam. É, nós, assim, entre nós, nós dizemos que falamos alemão. Mas agora a gente diz que é pomerano. A gente confunde ainda.

As identidades de alemães e de pomeranos mantêm relação estreita com o idioma falado por cada um desses grupos. No passado acreditava-se que o pomerano não passava de um dialeto derivado do *Hunsrückisch*, idioma falado pelos imigrantes de origem renana. Atualmente, tanto estudiosos quanto os próprios pomeranos reconhecem tratar-se de dois idiomas distintos¹¹. Pode-se dizer que é pomerano quem fala o idioma pomerano e renano (ou alemão) quem fala o *Hunsrückisch*. No dia a dia, contudo, pomeranos se reconhecem muitas vezes como alemães e se dizem falantes de alemão, ainda que um alemão diferente do falado pelos renanos¹².

¹⁰ Como observaram Alexandre Daros *et al.* (2007), o uso do termo *carambola* também é comum entre membros de comunidades quilombolas – bem como, em referência a seus membros, entre colonos alemães e italianos – da localidade de São Roque, município de Arroio do Meio, no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul.

¹¹ Ver, a respeito, o trabalho de Ismael Tressmann (2008).

¹² Segundo Neubiana Silva Veloso Beike (2013), o termo *pomerano* originou-se da forma latinizada

Mas não basta ser falante do idioma para ser considerado pomerano. No contexto estudado, muitos quilombolas falam pomerano. Ainda que não sejam muito bem aceitos, existem casamentos entre membros dos dois grupos, o que leva muitos quilombolas a aprender o pomerano. No passado, também era comum que aprendessem o idioma ao trabalhar em propriedades de colonos pomeranos, muitos dos quais não falavam português. Além disso, recentemente a escola da Colônia Triunfo, que atende a quilombolas e a pomeranos, reativou uma disciplina de *língua pomerana e cultura afro*. Na disciplina são ensinados elementos da língua pomerana intercalados com elementos tomados como de origem cultural africana.

De ambos os lados, é também relatado o uso de termos entendidos como pejorativos ou depreciativos. Quando desejam reportar-se aos negros, no mais das vezes os pomeranos ou utilizam o termo quilombola ou o termo *moreno*¹³. Este não é utilizado pelos quilombolas para se autodenominarem e é entendido por alguns deles como tentativa de “amenizar” sua identidade enquanto negros.

Em algumas ocasiões, o termo *negro* é utilizado pelos pomeranos, seguido de expressões pejorativas, como *ladrão*. Nilo relata que essa situação era comum no passado: *Olha como eram chamadas antigamente as comunidades quilombolas: eram chamadas dos negros-ladões*. Cabe mencionar que, segundo relatam os moradores da região estudada, devido à falta de terras cultiváveis (que foram ocupadas pelos colonos pomeranos) e outras formas de renda, no passado eram frequentes casos em que quilombolas apropriavam-se de alimentos de lavouras vizinhas.

Entre os pomeranos, é também comum o uso do termo *tuca* para referir-se àquelas pessoas que não são de origem europeia e que não dominam a

da palavra alemã *Pommersch*. De acordo com essa autora, além do *Pommersch* (forma em alemão), há menções, com referência à fala pomerana, a *Pomeranian* (forma inglesa, utilizada nos Estados Unidos), *Plattdeutsch* (para os pomerano-brasileiros, que se referem dessa forma à língua), sendo ainda possível encontrar as denominações *Pommerschplatt* ou *Pommeranisch*.

¹³ Letícia de Faria Ferreira e Patrícia Marasca Fucks (2014) observam que, na localidade de São Paulo das Tunas, no município de Giruá, na região noroeste do Rio Grande do Sul, também é comum entre os colonos alemães a utilização do termo *moreno* para referir-se a quilombolas que vivem na região.

língua pomerana. De modo geral, *tuca* é um termo classificatório utilizado para inferiorizar os “estrangeiros”, sujeitos *de fora*, especialmente luso-brasileiros e negros.

Outro termo próximo a *tuca* é *Schwarz*. Este, contudo, difere daquele por ser utilizado para referir-se exclusivamente a negros. *Schwarz* é indicativo da cor da pele do sujeito, sendo que a palavra está presente em dicionários contemporâneos da língua alemã, tendo como tradução *negro* ou *preto*.

Ambos os termos, *tuca* e *Schwarz*, possuem sentido classificatório na delimitação de parceiros possíveis e aceitáveis nos matrimônios. *Tucas* e *Schwarz* são sujeitos considerados indesejados nas relações matrimoniais pomeranas, ainda que, na prática, existam casamentos entre os grupos. Entre as famílias rurais pomeranas do município de São Lourenço do Sul, os casamentos com pessoas de origem alemã ou pomerana são valorizados, sendo tomados como indicativo de ascensão social. Já casamentos com luso-brasileiros não são bem aceitos, ainda que mais tolerados do que aqueles com negros.

Já ao se referirem aos pomeranos, os quilombolas igualmente utilizam os dois termos, *alemães* e *pomeranos*. Alguns pomeranos, contudo, costumam queixar-se de que quilombolas fazem uso pejorativo do termo *alemão*, fazendo-o seguir de adjetivos como *grosso*, *batata* e *de merda*, como ilustra o relato reproduzido abaixo, de uma colona de origem pomerana, moradora da Colônia Triunfo:

Os quilombolas que tem por aqui, eles não chamam nós de... como é que se diz... a gente mora no Brasil, a gente é brasileiro também, né. Eles chamam nós de *alemão-grosso*. *Alemão-batata*. Assim eles falam. *Alemão de merda*.

Em relação aos colonos, além dos termos pomerano e alemão, é também empregado o termo *de origem*, que faz referência não apenas a pomeranos, mas, de modo geral, aos descendentes de imigrantes europeus não ibéricos, vindos para o Brasil no processo de colonização. Esse termo é bastante

utilizado por quilombolas para referir-se a colonos, não fazendo distinção se são pomeranos/alemães ou de outra origem étnica. Seyferth (1992) aponta a utilização do termo *de origem* entre colonos de distintas etnias no Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Segundo a autora, para além das diferenciações entre alemães, italianos e poloneses, presentes na região de seu estudo, a categoria colono inclui a todos e assume forte componente étnico. Assim, são colonos ou de origem aqueles que compartilham a crença em uma origem comum, europeia, além de certos valores, como o apego à terra e ao trabalho, que os diferenciariam de caboclos ou brasileiros.

Voltando à Serra dos Tapes, os termos *brasileiros* ou *pelo duros* são utilizados pelos *de origem*, europeus de distintas procedências, para referirem-se aos que não são, como eles, *de origem*, mas que tampouco são negros. Estes últimos, conforme já visto, são chamados de *morenos*. O termo *branco* é empregado por muitos quilombolas ao referir-se a pomeranos. Nesse caso, não se faz distinção clara entre pomeranos e outros. Todos são *não negros* ou *não quilombolas* – termos também utilizados por eles.

Há, por fim, mais uma categoria que aparece nesse contexto relacional, a de *alemão-quilombola*. Apesar de não tão frequentes, acontecem alguns casamentos entre quilombolas e pomeranos. Nesses casos, o(a) quilombola deixa de pertencer a sua comunidade de origem, passando a viver na residência do(a) cônjuge, como colono(a), ou, alternativamente, o(a) colono(a) pomerano(a) passa a integrar a comunidade quilombola. Essa situação é relatada por Seu Olívio, presidente da Associação Quilombola da Favila:

Tem *alemão-quilombola* dentro da minha comunidade. Porque eles casaram com gente daqui. Casaram, fizeram a família. Tem um negro, que é meu sobrinho, que é casado. Eu tenho filho casado com uma alemoa loira, mas esse não é da minha comunidade porque ele mora lá no Arroio do Padre. E aí deu aquela encrenca lá em Canguçu, quando vieram essas casas [como benefício do Programa do Governo Federal “Minha Casa, Minha Vida”] para os quilombolas [...]. Mas ela [funcionária da Secretaria do Município de Canguçu]

não quis aceitar casa para esses alemães, esses que são sócios casados. Para o meu sobrinho, que é casado com uma alemoa, ela não queria dar casa. Não, essa é alemoa. Mas para aí. Ela é alemoa, o marido é negro e tem filho já estudando. Não são casados, estão juntos, mas têm os mesmos direitos. Tem filho já com sete, oito anos, no colégio. Como é que não é quilombola? Isso que nós já tínhamos feito reunião lá em Porto Alegre, discutido o assunto e que eles disseram: pode ser alemão, pode ser branco, desde que acompanhando as reuniões, legalizando-se como quilombola, adotando que ele seja quilombola, não interessa a cor.

Conforme evidenciado no relato, apesar de no plano comunitário os alemães serem reconhecidos como membros legítimos da comunidade, sendo-lhes atribuída a identidade de alemães-quilombolas, o poder público local parece não entender esse arranjo matrimonial como uma possibilidade, negando direitos a pessoas que se autorreconhecem e são reconhecidas pelo grupo como integrantes.

Ainda pensando em categorias: colonos, pequenos agricultores e agricultores familiares

Além de marcadores vinculados a distinções étnicas e raciais, existem outros que estão também presentes nas relações entre os membros dos dois grupos no contexto estudado. A categoria *colono* diz respeito, assim como *de origem*, a todos os imigrantes que se estabeleceram através de processo de colonização, adquirindo lotes de terra. A colônia significa tanto a localidade, como a propriedade em que cada família mora. Por consequência, os descendentes de imigrantes e que receberam propriedades destes em herança são também considerados colonos.

Segundo Jean Roche (1969), os termos *colono* e *colônia* têm origem no idioma alemão, respectivamente nos termos *Kolonist* (que se refere ao homem que desbrava e cultiva a terra) e *kolonie* (que diz respeito a um lote ou estabelecimento rural). Cabe notar que o termo *colono* tem sua origem

nos projetos estatais de colonização, sendo posteriormente apropriado pelos imigrantes como categoria genérica de identificação. Como aponta Seyferth (1992, p.80), “para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização”. Nesse sentido, pode-se sugerir que, na Serra dos Tapes, a diversidade étnica existente no processo de colonização apresentou-se como que amalgamada pela identificação comum *colono*, em processo semelhante ao que a autora descreve em estudo realizado no Vale do Itajaí, Santa Catarina (SEYFERTH, 1994).

No contexto estudado, contudo, *colono* diferencia-se do termo *de origem* na medida em que, diferentemente do que se dá no Vale do Itajaí estudado por Seyferth (1992), também é empregado para designar brasileiros que possuem e trabalham em pequena propriedade. Além de alemães, pomeranos, italianos e imigrantes oriundos de outros países e regiões, na Serra dos Tapes, conforme observam Salamoni e Waskiewicz (2013), foram também criadas colônias com famílias brasileiras.

Alternativamente a *colono*, mas em menor frequência, são ainda utilizados os termos *pequeno agricultor* e *agricultor familiar*, que, assim como o primeiro, em épocas distintas constituíram-se a partir de políticas públicas. Pode-se sugerir que o emprego dessas expressões esteja vinculado à atuação de entidades ligadas à produção agrícola na região, a exemplo de empresas fumageiras, que estabelecem contratos com os produtores de fumo, e de organizações que prestam assistência técnica, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER) e a organização não governamental Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA).

Segundo Delma Pessanha Neves (2007), no Brasil, ao final da década de 1990, o termo *pequeno agricultor*, até então usual nos cenários político e acadêmico, foi substituído pelo termo *agricultor familiar*. A autora observa que, enquanto o primeiro fazia referência ao tamanho das propriedades, o segundo destaca o tipo de trabalho realizado – no caso, familiar –, marcando distinção em relação à agricultura patronal, realizada com mão de obra assalariada.

Na esfera política, o termo *agricultor familiar* teve o mérito de agregar diferentes grupos sociais na busca por reconhecimento de direitos. No plano

do cotidiano, contudo, nem sempre essa categoria é plenamente apropriada, dando-se muitas vezes preferência, em delimitações identitárias, a outros termos, enraizados em contextos específicos. Assim, percebe-se que, na região estudada, em comparação ao termo *colono*, os termos pequeno agricultor e agricultor familiar são bem menos empregados. Pode-se sugerir que isso se deva também ao fato de *colono* ser termo menos restrito à atividade profissional. Segundo Neves (2007), a utilização do termo agricultor familiar enquanto categoria socioprofissional pode obscurecer a análise das especificidades de cada grupo. Como aponta essa autora, nem sempre os elementos centrais a serem considerados na definição de identidades e modos de vida são a agricultura ou o trabalho familiar.

Na região estudada, utilizam-se, ainda, outros termos diferenciadores vinculados à dimensão do trabalho. Categorias como *diarista*, *empregado* e *peão* servem para designar aqueles que trabalham em propriedades de outros e recebem remuneração por dia de serviço prestado. São tanto quilombolas como pomeranos, ainda que seja mais frequente que os primeiros vendam sua força de trabalho. Se ocorre mais comumente que aqueles que contratam refiram-se a partir dos dois últimos termos (empregado e peão), também se dá que aqueles que são contratados empreguem o primeiro (diarista). Essas expressões, contudo, apontam não para atividades desempenhadas, mas para a condição de assalariamento.

A esse respeito, quando em campo, um episódio chamou atenção. Uma interlocutora, mesmo trabalhando para colonos e recebendo por dia de serviço, afirmou não ser diarista e sim *agricultora que trabalha por dia*. Em suas palavras: *eu trabalho para fora, de agricultora, assim, no fumo. Eu trabalho de agricultora, por dia*. Parecia com isso querer afirmar que o que configura sua identidade é o tipo de atividade que realiza como agricultora, não a forma de remuneração por seu trabalho, por dia. Ou ainda talvez sua afirmação fosse, enquanto mulher, no sentido de diferenciar seu trabalho como agricultora do trabalho doméstico, diferenciação que está na base de bandeira antiga das mulheres agricultoras organizadas em movimento, no processo de construção de seu reconhecimento.

O termo *patrão* designa aquele que contrata força de trabalho de diaristas. São proprietários, em geral colonos.

Há, ainda, a categoria *fumicultor*, que se refere àquelas pessoas – tanto quilombolas quanto pomeranos – que possuem pequenas propriedades e cultivam fumo, atualmente principal atividade desenvolvida pelas famílias rurais da região.

Por fim, destaca-se também a existência do termo *parceiro*, que designa aquelas pessoas que arrendam terras, ou, como é referido no contexto estudado, que trabalham de *sociedade*, *de meia* ou em *parceria*. A sociedade consiste em um acordo em que uma das partes (o proprietário da terra, em geral colono) cede uma área para plantio de fumo e o parceiro cede sua força de trabalho. As duas partes dividem igualmente os gastos com a produção e posteriormente os lucros com a venda do produto. No entanto, uma vez que as sociedades não são mais tão frequentes como antigamente, o emprego da categoria também passou a não o ser.

A seguir, organizamos um quadro sistematizando os principais termos apresentados até aqui, utilizados pelos grupos para se autodenominarem e para descreverem aos outros. Nas duas primeiras colunas aparecem expressões utilizadas por quilombolas como autodenominações, bem como as denominações a eles atribuídas. Já nas duas últimas, encontram-se autodenominações utilizadas por pomeranos e as denominações a eles atribuídas. Na parte superior do quadro constam os termos de conotação étnica e abaixo estão outros termos, como aqueles que designam atividades. Para cada tipo, os termos estão dispostos em ordem alfabética.

A partir da análise dos termos marcadores de identidade, antes apresentados, percebe-se que, enquanto parte deles surge como que espontaneamente no contexto relacional estudado, outros surgem em esferas políticas, passando a ser apropriados por essas pessoas e incorporados em seu vocabulário e nas relações com o grupo vizinho.

Figura 1: Quadro de termos empregados em referência a quilombolas e pomeranos.

Quilombolas (autodenominações)	Quilombolas (denominações atribuídas)	Pomeranos (autodenominações)	Pomeranos (denominações atribuídas)
TERMOS DE CONOTAÇÃO ÉTNICA			
carambola negro quilombola	moreno negro negro-ladrão quilombola <i>Schwarz</i> tuca	alemão colono de origem pomerano	alemão alemão-batata alemão-grosso alemão de merda branco colono de origem não negro não quilombola pomerano
OUTROS TERMOS			
diarista fumicultor parceiro patrão	empregado peão pequeno agricultor agricultor familiar	diarista fumicultor parceiro patrão	empregado peão pequeno produtor produtor familiar

Sobre processos políticos: construindo *quilombolidades* e *pomeraneidades*

A análise de categorias vinculadas às atividades profissionais, não marcadas exclusivamente pela dimensão étnica, pode auxiliar a entender como os termos étnicos surgem ou se fortalecem no cotidiano relacional. A categoria colono, por exemplo, como antes mencionado, surgiu com o projeto político de colonização e foi apropriada pelos imigrantes como categoria genérica de identificação, passando a designar todos os imigrantes europeus não ibéricos e a servir como elemento de diferenciação em relação aos demais grupos (SEYFERTH, 1992).

Em relação aos termos quilombolas e pomeranos, também estes têm suas trajetórias associadas a processos políticos mais amplos, que extrapolam o cotidiano desses grupos. Por um lado, uma política nacional de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos, voltada, sobretudo, para a regularização de seus territórios e, por outro, uma política local de valorização do patrimônio cultural pomerano, estimulada, vale mencionar, pela reivindicação do reconhecimento dos pomeranos enquanto povo tradicional.

Segundo Eliane Cantarino O'Dwyer (2005), antes associada estritamente ao passado escravocrata, a categoria comunidade remanescente de quilombo foi atualizada com o advento da Constituição Federal de 1988, mais precisamente a partir do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)¹⁴. O artigo tinha como objetivo conferir direitos territoriais às comunidades remanescentes de quilombo que estivessem ocupando suas terras, garantindo a titulação definitiva pelo Estado. Para essa autora, contudo, tal expressão não nomina diretamente indivíduos, grupos ou populações, isto é, não é espontaneamente empregada como termo de autoidentificação. Tal fato, segundo ela, coloca a questão de quem, afinal, seriam os chamados remanescentes de quilombo, que teriam seus direitos atribuídos pelo dispositivo legal.

A introdução do substantivo quilombo no Brasil ocorreu no período do Brasil Colônia, sendo que já então tinha significado ambíguo. Rubert e Silva (2009) observam que a palavra exprimia, simultaneamente, sentido de afronta à ordem instituída, portanto passível de repressão, e sentido de resistência ao cativo. Essas formas de resistência teriam se dado tanto de maneira direta quanto indireta. Os autores destacam – no Rio Grande do Sul, região focalizada em seu estudo – como delas característicos o tradicional esconderijo/refú-

¹⁴ Note-se que a introdução no texto constitucional de direitos étnicos ou diferenciados ocorreu por meio de “Disposições Transitórias”, não como parte permanente da Constituição. Ilka Boaventura Leite (2000) comenta que se acreditava, à época, que a sociedade brasileira estaria em processo de “embranquecimento” e que por isso não faria sentido uma lei definitiva para as comunidades quilombolas. Também se presumia que no lapso temporal de cinco anos todos os territórios de quilombos já estivessem regularizados, daí o caráter transitório do dispositivo.

gio, a doação testamental por parte de antigos senhores/estancieiros, a compra (ainda que paga não apenas em dinheiro, mas também com trabalho ou outros bens), a posse de terrenos devolutos e impróprios a atividades produtivas dominantes e a recompensa por participação em guerras e revoluções.

A partir do artigo 68 do ADCT, o termo quilombo consagrou-se como símbolo aglutinador das mais variadas formas de resistência “às mais variadas práticas de discriminação racial, às hierarquias raciais historicamente reproduzidas e à recorrente desatenção, por parte do poder público, das necessidades específicas dos afrodescendentes” (RUBERT; SILVA, 2009, p.257-258).

Como observa Alfredo Wagner Berno de Almeida (2011, p.162):

O que mais chama a atenção, quando refletimos sobre o advento da categoria **quilombola**, é que, passados 21 anos, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o que foi tratado pelos legisladores como categoria residual produto de uma classificação externa, fundada na idéia de “remanescente”, tem sido redefinido e ampliado pela força das mobilizações e demandas de agentes sociais que assim se autodenominam se constituindo hoje numa identidade coletiva objetivada em movimento social. (grifo do autor)

Esse autor aponta, ainda, para certa dispersão geográfica das autodenominações das comunidades. Cabe registro aos termos *mocambeiro*, no Baixo Amazonas e na região do Gurupi (Tocantins), e *calhambolas* na Baixada Maranhense e no Amazonas. Apesar de não haver unanimidade, a grande maioria das comunidades no Brasil passou a assumir o termo quilombola como autoidentificação. E, segundo Almeida (2011), há tendência para que as demais façam o mesmo. Nesse sentido, observa-se que tal categoria genérica passa a ser apropriada por diferentes grupos sociais em distintas regiões, aglutinando-os todos em torno de uma origem comum na resistência ao antigo regime escravocrata e à atual discriminação racial e exclusão histórica.

O emprego corrente do termo pomerano tampouco tem existência longínqua na vida das pessoas da região estudada. Conforme mencionado

anteriormente, desde o início do processo de colonização na Serra dos Tapes, os pomeranos foram identificados como alemães, ainda que alemães de tipo inferior. Contudo, na última década, um processo de sentido contrário à estigmatização, pautado por diversas ações e políticas de valorização do patrimônio cultural pomerano, vem sendo promovido pela Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul. Observa-se que o poder público desse município passou a investir em política local de valorização do passado, da memória e do patrimônio cultural das famílias rurais de origem pomerana. É nesse contexto de construção e afirmação de uma nova pomeraneidade que se observam iniciativas como a criação da rota de turismo rural “Caminho Pomerano” e a atualização da *Süüdoktoberfest*, conforme comentado anteriormente.

Além das mencionadas acima, outra iniciativa relacionada à valorização do patrimônio cultural pomerano consistiu nas encenações da chegada dos imigrantes, realizadas em 2008 e 2009, por ocasião das comemorações, respectivamente, dos 150 e 151 anos da imigração em São Lourenço do Sul. Nessas ocasiões, grupos de cerca de cem pessoas caracterizadas com roupas da época da colonização encenaram, no porto do município, o desembarque dos imigrantes vindos da Pomerânia e de outras regiões alemãs e seguiram, a pé ou em carroças, até a região onde foi fundada a Colônia São Lourenço.

Tais iniciativas podem ser entendidas a partir de uma perspectiva mais ampla, em que se constitui uma política nacional de valorização do patrimônio imaterial. Conforme apontam Maria Leticia Mazzucchi Ferreira e Roberto Heiden (2009), a promulgação da Constituição Federal de 1988 incorporou a dimensão imaterial às políticas de patrimonialização, que até então estavam voltadas apenas a bens edificados e obras de arte.

Abordado no interior dessas manifestações sociais, o patrimônio passa então a se identificar, para além do material, com aquelas expressões que caracterizavam uma Nação plural, multiétnica, composta por diferentes matizes culturais. As celebrações religiosas, as formas de expressão, os lugares e os saberes que atravessavam gerações, passaram a ter um papel fundamental naquilo que se denomi-

nou Patrimônio Cultural Nacional, cuja tarefa de proteção passou a ser uma atribuição do Estado, definida no próprio texto constitucional de 1988 (FERREIRA; HEIDEN, 2009, p.138).

Vale ter presente que as ações observadas em São Lourenço do Sul são, ainda, influenciadas por outras iniciativas de valorização da cultura pomerana, realizadas a partir do Espírito Santo¹⁵, estado que possui a maior colônia de imigração pomerana do Brasil. Em vários municípios capixabas o bilinguismo é reconhecido e o idioma pomerano é ensinado em escolas de comunidades pomeranas. A partir de sua organização no Espírito Santo, os pomeranos têm mantido papel ativo nos fóruns de debate dos povos tradicionais, com participação na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

Ainda que tendo como principais objetivos o fomento do setor turístico e da economia local, pode-se considerar que em São Lourenço do Sul as iniciativas de valorização do patrimônio cultural pomerano têm contribuído para o fortalecimento dessa identidade. Os colonos pomeranos, que antes sofriam com a estigmatização, atualmente parecem sentir-se mais valorizados e é nesse contexto que, diferentemente do ocorrido em período anterior, hoje muitos parecem querer afirmar-se pomeranos.

Percebe-se, assim, que, de formas distintas, a constituição de identidades de quilombolas e pomeranos passa pela interação com políticas públicas voltadas a esses grupos. Em relação aos quilombolas, observa-se um processo de emergência dessa identidade étnica vinculada ao reconhecimento, em âmbito nacional, das comunidades remanescentes de quilombos. Quanto

¹⁵ Ainda que não seja objetivo desde artigo a comparação com contextos de grupos pomeranos de outras regiões do Brasil, vale mencionar que desvalorização similar à vivenciada por pomeranos no Rio Grande do Sul parece presente no Espírito Santo. Trabalhos lá realizados por Ismael Tressmann (2005) e Joana Bahia (2011) mostram a existência de preconceito linguístico em relação a falantes do pomerano e inferiorização de práticas culturais e religiosas pomeranas. A título de ilustração, vale mencionar o artigo publicado na Revista Veja, em junho de 1994, em que o jornalista Ricardo Grinbaum descreveu os pomeranos como “gente do outro mundo”, afirmando que “os descendentes de pomeranos vivem no Espírito Santo como se estivessem na Europa do século passado”.

aos pomeranos, tal identidade é ressignificada e revalorizada a partir de iniciativas locais de valorização do patrimônio cultural pomerano.

Nesse sentido, pode-se associar o processo de emergência dessas identidades étnicas a um movimento social mais amplo e vinculado ao surgimento de políticas de salvaguarda de modos de vida de povos e comunidades tradicionais. Segundo Regina Abreu (2005), esse processo teve início nos anos de 1990, quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) anunciou a preocupação com o desaparecimento dos chamados povos tradicionais diante do aprofundamento da globalização. É nesse quadro que a UNESCO passou a recomendar que os Estados Nacionais criassem políticas de proteção para salvaguardar os conhecimentos e culturas de povos e comunidades tradicionais. Para Almeida (2008), os conhecimentos nativos, até então contestados pela sociedade envolvente, passaram a assumir a base do reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais. É nesse contexto que, nas últimas décadas, surgiram vários movimentos sociais, com a emergência de identidades étnicas reivindicando direitos territoriais e sociais.

No âmbito nacional, a nova fase de democracia do Estado brasileiro, marcada pela abertura democrática nos anos 1980 e pela promulgação da Constituição Federal, em 1988, abriu espaço para “novos” sujeitos de direitos, sendo que alguns deles viriam a colocar-se no cenário político nacional afirmando-se através de identidades étnicas. Segundo Marcelo de Oliveira (s.d.), com vistas ao reconhecimento da sociedade como pluriétnica e multicultural, o Estado brasileiro contribuiu para a afirmação desses novos sujeitos de direito.

Almeida (2008) observa que as formas de associação e atuação política de grupos tradicionais têm incorporado a dimensão étnica, estando voltadas ao reconhecimento de territórios tradicionalmente ocupados. O autor aponta o surgimento de “novas” identidades coletivas, tais como quilombolas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras-de-coco-babaçu, pescadores, ribeirinhos, atingidos por grandes obras, moradores de fundos de pasto e faxinalenses, além dos povos indígenas¹⁶.

¹⁶ Almeida (2008) menciona, ainda, pomeranos da região de Pancas (ES), que habitam área de preservação ambiental, bem como ciganos, considerados nômades e desterritorializados.

Nesse processo de organização política a partir da dimensão étnica e da busca por direitos, sobretudo territoriais, podemos perceber, ainda, outras ações voltadas para a valorização da diversidade étnica e cultural. É o caso de políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial de diferentes grupos culturais, mencionadas anteriormente.

Apesar de constituírem-se como políticas distintas, em alguns momentos se pode observar, na região estudada, cruzamento e sobreposição de ações voltadas para esses grupos. Conforme relatado por Rodrigues (2014), em 2009 o movimento negro local demandou sua participação na comemoração dos 151 anos da imigração pomerana em São Lourenço do Sul. Segundo essa autora, durante a encenação da chegada dos imigrantes pomeranos foi possível observar “mulheres negras investidas no papel de quitandeiras à beira da lagoa e, quando do deslocamento até a zona rural, os imigrantes ouviram o som dos atabaques e cantos dos negros e das negras aquilombados” (RODRIGUES, 2014, p.40).

Há, ainda, o caso dos alemães-quilombolas – anteriormente mencionados – que, apesar de fazerem parte de comunidades quilombolas e terem esse pertencimento por elas reconhecido, nem sempre são entendidos pelo poder público como beneficiários legítimos de tais políticas.

Pode-se sugerir que, na região estudada, as políticas públicas voltadas a quilombolas e a pomeranos nem sempre dialogam. Apesar da grande quantidade de afrodescendentes e de comunidades quilombolas em São Lourenço do Sul, o município se reconhece como essencialmente pomerano (RODRIGUES, 2014) e volta sua política de patrimonialização exclusivamente a esse grupo, deixando à margem os demais. A política voltada aos quilombolas, ao menos em âmbito local, desconsidera outros grupos que com eles convivem e se relacionam. Pode-se assim sugerir que, nos momentos de formulação e implementação de tais políticas, por vezes se desconheça ou desconsidere os contextos relacionais em que os grupos vivem, promovendo, em alguns casos, imagens essencializadas a seu respeito. Tudo se passa como se as políticas públicas soubessem exatamente quem é e o que define cada grupo social.

A esse respeito, no âmbito do uso ideológico da tradição e do patrimônio, o apelo ao essencialismo tem se configurado em estratégia de construção, elaboração e ressemantização da identidade cultural de muitos grupos sociais. Os atuais processos de etnização e o recurso ao essencialismo emergem muitas vezes de contexto de lutas identitárias e de processos reivindicatórios que tiveram lugar em políticas públicas brasileiras na última década. Assim é que autores como Gayatri Chakravorty Spivak (1987) têm falado em essencialismo estratégico, ou seja, um tipo de essencialismo que estaria imbricado em solidariedades dirigidas à ação social.

Entretanto, mesmo que motivado por ações militantes, dirigidas à ação social, o essencialismo pode alojar discursos perigosos, mobilizados por uma espécie de purismo étnico, muitas vezes ocultando o próprio processo de acúmulo, comunicação e intercâmbio entre diferentes grupos e sociedades humanas. Vale mais uma vez lembrar que, como já argumentava Barth (2000), não apenas as diferenças culturais distinguem um grupo de outro, mas também – e principalmente – cumprem esse papel as fronteiras étnicas estabelecidas, isto é, as definições formuladas daqueles que pertencem e dos que não pertencem a determinado grupo.

Considerações finais

Há que reconhecer, na região estudada, o importante papel das políticas públicas voltadas para quilombolas e para pomeranos. Em relação aos primeiros, foi a partir de políticas de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos que diversos afrodescendentes tiveram reconhecido seu direito sobre os territórios que tradicionalmente ocupam, além de se tornarem beneficiários de políticas públicas de distribuição de renda, moradias populares, energia elétrica, entre outras. Do lado dos pomeranos, a política de valorização do patrimônio cultural foi responsável pela positivação da identidade étnica deste grupo, colocando-se em sentido contrário ao predominante no longo processo de estigmatização vivido por eles.

Contudo, pode-se sugerir que o conhecimento mais aprofundado da realidade local, bem como do contexto relacional em que vivem estes grupos

poderia auxiliar na configuração de políticas públicas mais adequadas. Tais políticas, acreditamos, não deveriam perder de vista o fato de que as identidades étnicas são fluidas, se estabelecem nas fronteiras das relações entre os grupos e que os termos identitários atuam como marcadores de diferenças em um campo relacional.

Conforme vimos, o vocabulário de termos classificatórios utilizados na região estudada é bastante vasto e complexo. Enquanto alguns termos marcam características exclusivas de um grupo ou de outro, separando-os, tais como negros e brancos ou quilombolas e pomeranos, outros agregam características, promovendo a intersecção entre os grupos, como é o caso dos alemães-quilombolas. Do mesmo modo, se alguns termos surgem mais ou menos espontaneamente na esfera cotidiana, outros são apropriados ou revalorizados no contexto local a partir das categorias utilizadas pelas políticas públicas. Como vimos, este é o caso dos termos quilombola e pomerano.

Mais que conteúdos culturais específicos, que podem ser alvo de essencializações, procuramos mostrar que as identidades são forjadas relacional e politicamente. Nesse sentido, a melhor maneira de entender como se constroem as identidades e como os grupos se autodefinem, estabelecem pertencimentos e fronteiras entre si parece ser assegurando o direito a que eles próprios o façam, bem como o direito de que suas autodefinições sejam ouvidas e respeitadas. Assim, a promoção da diversidade pode ser pensada a partir da pluralidade de campos relacionais, sem que, para incentivar a valorização de determinado grupo, seja preciso promover sua essencialização ou invisibilizar os demais.

REFERÊNCIAS

1. ABREU, Regina. Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 37-52, 2005.
2. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: *Terra de qui-*

- lombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo” faxinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA/UFAM, 2008. p. 25-131.
3. _____. Calhambolas, quilombolas e mocambeiros: a força mobilizadora da identidade e a consciência da necessidade. In: **Quilombos e as novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011. p. 162-169.
 4. BAHIA, Joana. **O tiro da bruxa:** identidade, magia e religião na imigração alemã. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2011.
 5. BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 25-68.
 6. BEIKE, Neubiana Silva Veloso. Do nativo ao pomerano: as línguas, os dialetos e falares vivos de um Brasil pouco conhecido. **Domínios de Linguagem**, Uberlândia, v. 7, n. 1, p. 263-283, 2013.
 7. BOSENBECKER, Patrícia. **Uma colônia cercada de estâncias:** imigrantes em São Lourenço/RS (1857-1877). 2011, 170f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
 8. CASSOL, Daniel. Luteranos mantém igreja só para negros há 85 anos no Sul. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 de abril de 2013, Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/04/1266157-luteranos-mantem-igreja-so-para-negros-ha-85-anos-no-sul.shtml>>. Acesso em: 19 ago 2015.
 9. DAROS, Alexandre; KRONE, Evander Eloí; MUNDELESKI, Everton; MENASCHE, Renata. Agriculturas familiares: práticas agrícolas, autoconsumo e modos de vida entre colonos e quilombolas. In: MENASCHE, Renata (Org.). **A agricultura familiar à mesa:** saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.
 10. FERREIRA, Leticia de Faria; FUCKS, Patrícia Marasca. Na “casa dos moreno”: relações interétnicas ou solidão negra em terra de alemão? **Cadernos do LEPPARQ**, Pelotas, v. XI, n. 22, p. 471-481, 2014.
 11. FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi; HEIDEN, Roberto. Políticas patrimoniais e reinvenção do passado: os pomeranos de São Lourenço do Sul, Brasil. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 30, p. 137-154, 2009.
 12. GRANDO, Marinês. A colonização europeia não portuguesa no município de Pelotas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 47-55, 1984.
 13. KRONE, Evander Eloí. **Comida, memória e patrimônio cultural:** a construção da pomeraneidade no extremo sul do Brasil. 2014. 174f. Dissertação (Mestrado

- em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.
14. LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.
 15. MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: Livraria Mundial, 1993.
 16. MUJICA, Marina Marchi. **Atitude, orientação e identidade linguística dos pomeranos residentes na comunidade de Santa Augusta – São Lourenço do Sul – RS – Brasil**. 2013. 100f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.
 17. NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio Cezar (Org.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-270.
 18. O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e as fronteiras da antropologia. *Antropolítica*, Rio de Janeiro, v. 19, p. 91-111, 2005.
 19. OLIVEIRA, Marcelo Ribeiro. **O conceito jurídico da expressão “povos e comunidades tradicionais” e as inovações do decreto 6.040/2007**. Disponível em: <<http://www.ocarete.org.br/biblioteca/artigos/>>. Acesso em: 19 jan 2015.
 20. ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.
 21. RODRIGUES, Carolina Vergara. **Mulheres negras em movimento: trajetórias militantes, negritude e comida no Sul do Rio Grande do Sul**. 2012. 152f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.
 22. RUBERT, Rosane Aparecida; SILVA, Paulo Sérgio da. O acampesamento como sinônimo de aquilombamento: o amálgama entre resistência racial e resistência camponesa em comunidades negras rurais do Rio Grande do Sul. In: GODOI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 251-275.
 23. SALAMONI, Giancarla; WASKIEVICZ, Carmen Aparecida. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, 2013.
 24. SCHNEIDER, Maurício. **Identidades em rede: um estudo etnográfico entre quilombolas e pomeranos na Serra dos Tapes**. 2015. 150f. Dissertação (Mestra-

- do em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.
25. SCHNEIDER, Maurício; MENASCHE, Renata. Relações interétnicas e formas de acesso à terra: reciprocidade e dependência entre quilombolas e pomeranos na Serra dos Tapes/RS. **Revista Política e Trabalho**, João Pessoa, v. 33, n. 45, 2016. (no prelo)
 26. SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 78-95, 1992.
 27. _____. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Org.). **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ulbra, 1994. p. 11-28.
 28. SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **In other worlds: essays in cultural politics**. New York and London: Methuen, 1987.
 29. THUM, Carmo. **Educação, história e memória: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes**. São Leopoldo: Unisinos, 2009, 383f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Vale dos Sinos, 2009.
 30. TRESSMANN, Ismael. **Da sala de estar à sala de baile: estudos etnolinguísticos de comunidades camponesas pomeranas do estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. 335f. Tese. (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
 31. TRESSMANN, Ismael. O pomerano: uma língua baixo-saxônica. **Educação, cultura, sociedade**, Santa Maria de Jetibá, v. 1, p. 10-21. 2008.
 32. VILELA, Charles Furtado. Imigração alemã-pomerana. **CIGA-Informando**, v. 10, n. 54, 2008. Disponível em: <<http://www.cigabrasil.ch/informando/informando54.pdf>>.
 33. Acesso em: 14 mar 2013.
 35. WEIDUSCHADT, Patrícia; SOUZA, Marcos Teixeira; BEIERSDORF, Cássia Raquel. Afro-pomeranos: entre a Pomerânia lembrada e a África esquecida. **Identidade!** São Leopoldo, v. 18, n. 2, p. 249-263, 2013.
 36. WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade, na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.